

CURSO

ELEIÇÕES

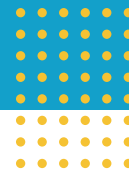
E PROTEÇÃO DE DADOS

EMENTA

INTERNETLÆB

DataPrivacyBR





BÁRBARA SIMÃO



Coordenadora da área de privacidade e vigilância do InternetLab. Mestranda em direito e desenvolvimento pela Fundação Getúlio Vargas (FGV Direito SP). Graduada pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Durante a graduação, foi aluna intercambista na universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne (2015-2016). Foi bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET) – Sociologia Jurídica, pelo Ministério da Educação. Atuou como pesquisadora na área de telecomunicações e direitos digitais do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) entre 2017 e 2020. Atualmente, também é conselheira do Projeto de Proteção de Dados em Serviços de Saúde Digital, da Fiotec/Fiocruz.

BRUNO BIONI



Doutor em Direito Comercial e Mestre em Direito Civil na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo - USP. Membro do Conselho Nacional da Autoridade Nacional de Proteção de Dados - CNPD, designado como titular dentre os representantes de organizações da sociedade civil. Foi study visitor do Departamento de Proteção de Dados Pessoais do European Data Protection Board - EDPB e do Conselho da Europa-CoE, pesquisador visitante no Centro de Pesquisa de Direito, Tecnologia e Sociedade da Faculdade de Direito da Universidade de Ottawa. É autor do livro “Proteção de Dados Pessoais: a função e os limites do consentimento” e co-autor do livro “Proteção de dados: contexto, narrativa e elementos fundantes”. É membro da Rede Latino-Americana de Estudos sobre Vigilância, Tecnologia e Sociedade - LAVITS. É diretor fundador do Data Privacy Brasil, um espaço de intersecção entre uma escola de cursos e uma associação de pesquisa na área de privacidade e proteção de dados. É advogado, consultor e parecerista.

FRANCISCO BRITO CRUZ



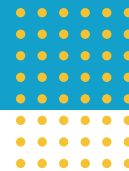
É advogado, mestre e doutor pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP). Foi pesquisador visitante no Center for Study of Law and Society, da Universidade da Califórnia – Berkeley (2013). Foi membro da Comissão de Direito Eleitoral da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção de São Paulo (2019- 2020). Fundou e coordenou o Núcleo de Direito, Internet e Sociedade da Universidade de São Paulo (NDIS-USP, 2012-2014, 2016-2019). Francisco é também coautor das obras “Sobrevivendo nas redes: Guia do Cidadão” (Moderna, 2018), “Direito Eleitoral na Era Digital” (Letramento, 2019) e “A Internet no banco dos réus” (IASP, 2017), e autor do livro “Novo jogo, velhas regras” (Letramento, 2020).

SAMARA CASTRO



Advogada com atuação nas áreas de direito eleitoral e partidário, direito digital, privacidade e proteção de dados. Mestranda em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e pesquisadora do Laboratório de Direito Digital e Democracia (LabDDD). Especialista em Ciência de Dados aplicada ao Direito pela PUC Rio e em Direito Eleitoral pela PUC/MG. Também atua como professora convidada em cursos dos Tribunais Regionais Eleitorais de São Paulo, Sergipe, Pará e Minas Gerais, da Escola Superior da Advocacia, da PUC Rio e da Fundação Konrad Adenauer. É Vice Presidente da Comissão de Proteção de Dados e Privacidade da OAB/RJ e Coordenadora de Comunicação da Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político. Atuou como colaboradora do Grupo de Trabalho de Reforma da Legislação Eleitoral destinado a avaliar e propor estratégias normativas com vistas ao aperfeiçoamento e sistematização da legislação eleitoral e processual eleitoral brasileira. Pesquisadora convidada para contribuir com a construção e aperfeiçoamento do PL 2630 - PL das Fake News.

1 Descritivo



O uso de dados em campanhas eleitorais não é algo novo. Com estratégias cada vez mais sofisticadas para alcançar um número maior de eleitores, mas também para compreendê-lo(a)s e convencê-lo(a)s de forma mais assertiva, as principais novidades ficam por conta da crescente capacidade tecnologia para coleta e tratamento de dados, e da emergência de novas regras, normas e da conduta dos órgãos fiscalizatórios e das plataformas que arbitram o que é (in)adequado e (i)lícito.

Assim, as discussões sobre big data, inteligência artificial, micro-direcionamento de campanhas publicitárias, uso de robôs e polêmicas sobre as regras e os termos de uso das plataformas nas eleições vão ganhando novos contornos jurídico-regulatórios.

O cenário de 2022 é especial. Será o primeiro pleito presidencial com a Lei Geral de Proteção de Dados já plenamente em vigor, produzindo efeitos e gerando repercussões jurídicas e sendo regulamentada e fiscalizada pela Autoridade Nacional de Proteção de Dados, já constituída há mais de um ano, firmando acordos de cooperação com o TSE e emitindo orientações em conjunto. O TSE, por sua vez, também atualizou a resolução 23610/2019 em 2021 para trazer regras específicas sobre o uso de dados em pleito eleitoral, em sintonia com a LGPD.

Da mesma forma, o Poder Judiciário e o Ministério Público tem atuado de forma relevante no debate e no enforcement da proteção de dados pessoais. Mas no contexto das eleições, como será a atuação da Justiça Eleitoral, Ministério Público Eleitoral e, até mesmo, da Autoridade Nacional de Proteção de Dados?

Nesse contexto, o “Curso Eleições e Proteção de Dados”, oferecido de forma conjunta entre Data Privacy Brasil e InternetLab, irá debater e buscar compreender os principais pontos de intersecção entre proteção de dados pessoais e eleições. Buscaremos apresentar e tensionar o regramento existente, objetivando compreender, na prática, como os princípios, bases legais e obrigações legais se materializam e podem ser mobilizados para avaliar e garantir que campanhas eleitorais estejam aderentes às melhores práticas.

1.1 OBJETIVO GERAL

Debater e compreender o uso de dados em contexto eleitoral a partir das regras, o cenário e a atuação dos agentes envolvidos na intersecção entre eleições e proteção de dados pessoais.

1.2 OBJETIVO ESPECÍFICOS

- Apresentar o regramento de proteção de dados pessoais e suas especificidades para o contexto eleitoral;
- Analisar as regras da legislação eleitoral sobre proteção de dados e o seu diálogo com a LGPD.
- Analisar casos paradigmáticos no contexto nacional e internacional
- Comparar guias e orientações internacionais com o regramento nacional
- Debater a atuação dos agentes de enforcement
- Analisar as movimentações jurídico e legislativas recentes
- Desenvolver habilidades para avaliação dos riscos atrelados à atividades de tratamento de dados em contexto eleitoral e compreender as melhores práticas para sua mitigação.

1.2 PÚBLICO ALVO

O Curso se destina a profissionais de diferentes áreas que se interessem pela intersecção entre proteção de dados e eleições.

Assim, espera-se que advogados, coordenadores de campanhas políticas, servidores da justiça eleitoral, servidores públicos, pesquisadores, profissionais do terceiro setor e gestores possam se capacitar e atualizar seus conhecimentos na área.

O curso possui um pré-requisito de conhecimento básico sobre proteção de dados. Espera-se que os alunos saibam os principais conceitos, como o que são dados pessoais, os princípios de proteção de dados e o que são bases legais. Para que todos possam acompanhar as discussões, oferecemos um curso introdutório gravado de forma gratuita, que deve ser realizado antes do início do curso ao vivo para melhor aproveitamento das aulas.

1.4 CARGA HORÁRIA

O curso terá carga horária de 12 horas/aula, divididas em 4 (quatro) dias. As aulas serão realizadas no horário de 19:00 às 22:00.

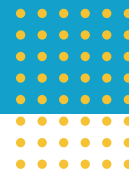
1.5 METODOLOGIA

O curso possui uma abordagem que alia teoria à prática. A teoria tem o objetivo de apresentar os principais conceitos e debates da área, para depois endereçar questões práticas do dia-a-dia dos profissionais que lidam com campanhas políticas. O curso conta com linguagem clara e acessível, a fim de garantir que alunos(as) fora da área do Direito possam ter acesso claro ao conteúdo. Durante as aulas, serão adotadas metodologias ativas de aprendizagem, a fim de garantir o dinamismo e a participação dos(as) alunos e alunas do curso.

1.6 PLATAFORMA

O curso será oferecido em modelo online ao vivo, utilizando a plataforma Zoom para a aula ao vivo, enquanto o EADTix será utilizado para organização do material e emissão de certificados. As aulas não serão gravadas.

2 Cronograma



AULA 01
20.06

INTRODUÇÃO AO REGRAMENTO DO USO DE DADOS EM CONTEXTO ELEITORAL **Bruno Bioni & Francisco Brito Cruz**

1. Introdução à intersecção entre Proteção de Dados e Direito Eleitoral. 1.1. Uso de dados em campanhas eleitorais. **1.2.** Contexto histórico recente e principais movimentos regulatórios. **1.3.** O cenário em 2022 **1.3.1.** Microdirecionamento de conteúdo e disparos em massa **2. Mobilizando os princípios de Proteção de Dados 2.1.** Princípios de Proteção de Dados no Contexto eleitoral **2.2.** Interação dos Princípios de Proteção de Dados com os Princípios do Direito Eleitoral e suas normas. **3. Dados sensíveis e suas problemáticas. 3.1.** Conceituação e caracterização de dados sensíveis. **3.2.** Especificidades e problemáticas

AULA 02
21.06

TRATANDO DADOS NO CONTEXTO ELEITORAL **Bárbara Simão**

1. Bases legais 1.1. Consentimento **1.2.** Legítimo Interesse **1.3.** Obrigação legal/regulatória **2. Formação de bases de dados. 2.1.** Uso de dados públicos e publicamente disponíveis. **2.2.** Compra e venda de bases de dados **2.3.** Combinação de bases de dados e usos secundários **3. Direitos dos titulares.**

AULA 03
22.06

RESPONSABILIZAÇÃO, ENFORCEMENT E BOAS PRÁTICAS **Bruno Bioni**

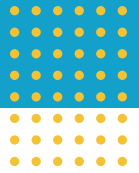
1. Agentes de tratamento e encarregado no contexto eleitoral. 1.1. Controlador e suas obrigações **1.2.** Operador **1.3.** Identificação dos agentes em situações práticas **1.4.** Encarregado de proteção de dados **1.4.1.** Competências, atribuições e dispensa. **2. Sistema de enforcement e fiscalização. 2.1.** Justiça Eleitoral **2.1.1.** Estrutura, composição e competências **2.1.2.** Normativos e legislação eleitoral. **2.2.** Autoridade Nacional de Proteção de Dados. **2.2.1.** Estrutura, composição e competências. **2.2.2.** Guia orientativo, normatização e tendências **3.** Boas práticas, medidas de accountability e mitigação de risco.

AULA 04
23.06

MÃO NA MASSA! ATIVIDADE PRÁTICA E DESAFIOS DO DIA-A-DIA **Francisco Brito Cruz & Samara Castro**

1. Atividade prática: Campanha eleitoral e uso de dados. 1.1. Identificação de agentes de tratamento; **1.2.** Enquadramento de bases legais; **1.3.** Adoção de medidas de mitigação de risco **2.** Principais desafios no dia-a-dia de uma campanha eleitoral.

3 Bibliografia



BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CRUZ, Francisco Brito. Novo Jogo, Velhas Regras: Democracia e Direito na Era da Nova Propaganda Política e das Fake News. Letramento, 1ª Ed., janeiro 2020.

AGUIAR, Thaís; BIONI, Bruno; FAVARO, Iasmine; KITAYAMA, Marina; RIELLI, Mariana; VERGILI, Gabriela; ZANATTA, Rafael. Rastreabilidade, metadados e direitos fundamentais: nota técnica sobre o Projeto de Lei 2360/2020. São Paulo: Data Privacy Brasil, 2021. Edição revisada e ampliada por AGUIAR, Thaís; BIONI, Bruno; MESQUITA, Hana; PIGATTO, Jaqueline; VERGILI, Gabriela.

MASSARO, Heloisa; SANTOS, Bruna; BIONI, Bruno; BRITO CRUZ, Francisco; RIELLI, Mariana; VIEIRA, Rafael. [Proteção de Dados nas Eleições: democracia e privacidade](#). Grupo de Estudos em Proteção de Dados e Eleições, 2020.

BRITO CRUZ, Francisco (coord.); MASSARO, Heloisa; OLIVA, Thiago; BORGES, Ester. [Internet e eleições no Brasil: diagnósticos e recomendações](#). InternetLab, São Paulo, 2019.

REVISTA AZMINA; INTERNETLAB. [MonitorA: relatório sobre violência política online em páginas e perfis de candidatas\(os\) nas eleições municipais de 2020](#). São Paulo, 2021.

INTERNETLAB; REDE CONHECIMENTO SOCIAL. [Os vetores da comunicação política em aplicativos de mensagens: hábitos e percepções do brasileiro em 2020](#). São Paulo, 2021.

Artur Pericles Lima Monteiro, Francisco Brito Cruz, Juliana Fonteles da Silveira e Mariana G. Valente, [“Armadilhas e caminhos na regulação da moderação de conteúdo”](#), Diagnósticos & Recomendações (São Paulo: InternetLab, 2021).

Autoridade Nacional de Proteção de Dados (Brasil) e Tribunal Superior Eleitoral. [Guia Orientativo - Aplicação da LGPD por agentes de tratamento no contexto eleitoral](#).

Information Commissioner’s Office (Inglaterra). [Guidance for the use of personal data in political campaigning](#).

European Data Protection Supervisor (EDPS). Opinion 3/2018 - [Opinion on online manipulation and personal data](#).

Conselho da Europa - Conselho Consultivo da Convenção 108+. [Guidelines on the Protection of Individuals with regard to the Processing of Personal Data by and for Political Campaigns](#).